

**ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO FISCAL DA COMPANHIA DE
PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS – CPRM
REALIZADA NO ESCRITÓRIO DO RIO DE JANEIRO, EM 14.11.2018.**

ATA nº 386

Ao décimo quarto dia do mês de novembro do ano dois mil e dezoito, às 09:30h reuniu-se, ordinariamente, o Conselho Fiscal da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais, no Escritório do Rio de Janeiro, localizado na Av. Pasteur, 404, Urca, com a presença dos Conselheiros Titulares, Frederico Bedran Oliveira, Erick Biill Vidigal (Representantes do Ministério de Minas e Energia) e Nucilene Lima de Freitas França, Titular (Representante do Tesouro Nacional), atuando como Secretário, o Analista em Geociências Cristiano Jorge André. Participaram da reunião, no seu todo ou parcialmente, o Diretor de Administração e Finanças (DAF) Juliano de Oliveira, a Chefe da Divisão de Contabilidade Geral (DICOGE), Sheila Teixeira Ribamar, o Auditor-Chefe da AUDITE, Marcelo Cantuário, o Chefe do Departamento de Informações Intitucionais (DEINF), Edgar Shinzato, a Chefe da Divisão de Contratos (DICONT), Vanessa Soares Francisco e a Coordenadora Executiva da Superintendência de Planejamentos e Métodos (SUPLAM), Patricia Durringer Jacques. O Conselheiro Frederico Bedran Oliveira, no exercício da Presidência do Conselho Fiscal, deu início à reunião e solicitou o exame dos itens da Ordem do Dia:

PRIMEIRO ITEM – LEITURA, APROVAÇÃO E ASSINATURA DA ATA 385 – Após as devidas sugestões e retificações, foi assinada a Ata 385. **SEGUNDO ITEM – ASSUNTOS DA CONTABILIDADE** – A chefe da DICOGE, Sheila Teixeira Ribamar, apresentou o Balancete Mensal, Balanço Patrimonial e a Composição do Resultado, dos meses de agosto e setembro de 2018. Com relação às certidões estaduais, municipais e da União, a chefe da DICOGE apresentou um quadro resumo, subdividido por UG, Esfera, Tipos, Status e Validade, além das respectivas certidões.



Em função do prazo de validade das certidões, o Conselho Fiscal alterou a frequência de envio desses comprovantes para trimestral, mantendo-se a apresentação mensal do seu quadro resumo. A chefe da DICOGE também apresentou o relatório das Demonstrações Financeiras do segundo trimestre de 2018, acompanhado do relatório já auditado pelo Grupo Maciel Auditores Independentes, informando que sua publicação será feita em breve. O Conselho Fiscal reiterou a necessidade de publicação dos balanços trimestrais, de outubro de 2016 em diante. O Conselho Fiscal solicitou providências para a baixa junto ao Conselho de Administração, dos créditos registrados no item 8.2 "outros créditos", do balanço do segundo trimestre. Em seguida, Sheila Ribamar informou ao Conselho Fiscal que a Diretoria Executiva aprovou a recomendação do Grupo de Trabalho criado para estudar a regularização da situação do item Financiamento à Pesquisa Mineral, registrado no Ativo Não Circulante do Balanço da CPRM, relativa a exclusão e baixa de 18 (dezoito) áreas expressamente indicadas no Relatório Final do referido Grupo, o qual será encaminhado ao Conselho de Administração para deliberação. As demais 7 (sete) áreas, estão sendo analisadas individualmente pela COJUR, visando a classificação do risco a ser considerado para registro no balanço, e orientação quanto às providências a serem adotadas pela CPRM. **TERCEIRO ITEM – ASSUNTOS DA AUDITORIA** - O Auditor-Chefe, Marcelo Cantuário, apresentou o Informe de Auditoria nº 09/2018, relatando a impossibilidade de atender de forma tempestiva o solicitado pelo Conselho Fiscal, bem como para o desempenho das atividades previstas no PAINT 2018, devido a vários fatores, como por exemplo, a escassez de recursos humanos. O Chefe da Auditoria solicitou ainda a postergação do atendimento das solicitações para as próximas reuniões. Também informou que o PAINT 2019, após a homologação pela CGU, será apresentado aos Conselheiros. Os Conselheiros receberam o Relatório de Auditoria Anual de Contas da CGU referente ao ano de 2017, que será apresentado em uma próxima reunião. **QUARTO ITEM – EXECUÇÃO**

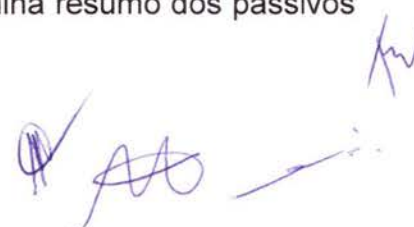


ORÇAMENTÁRIA – Foi apresentada ao Conselho a posição da execução orçamentária das Ações Discricionárias, considerando a ação Implementação de Recuperação Ambiental da Bacia Carbonífera de Santa Catarina e do PAC, até 06 de novembro de 2018. Nas Ações Discricionárias, de um limite orçamentário de R\$ 93.113.448, foram executados R\$ 50.368.861, cerca de 54,09%, restando um Limite Disponível de R\$ 42.744.588. Já nas ações do PAC, de um limite orçamentário de R\$ 23.474.054, foram executados R\$ 11.575.028, cerca de 49,31%, restando um Limite Disponível de R\$ 11.899.026. O Conselho Fiscal manifestou preocupação com o nível de execução orçamentária e financeira, tendo em vista o pouco tempo restante para o final do exercício.

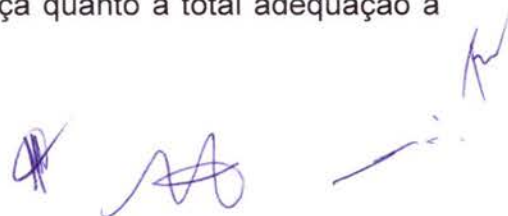
QUINTO ITEM – DEMONSTRATIVO DE CONTRATOS E CONVÊNIOS – Foram apresentados ao Conselho Fiscal os demonstrativos elaborados pela Divisão de Contratos (DICON/DEAMP), relativos aos Contratos e Convênios. Os Contratos celebrados pela CPRM no período de agosto a setembro de 2018, foram os seguintes: 050/PR/18 – Rede Nacional de Aprendizagem, Promoção Social e Integração (RENAPSI); 054/PR/18 – JDR Services Ltda ME; 048/PR/18 – TOTVS S.A; 006/PR/18 – Universidade de São Paulo – USP e Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo – FUSP; 044/PR/18 – Simpress Comércio, Locação e Serviços S.A.; 053/PR/18 – Decision Serviços de Tecnologia da Informação Ltda; 058/PR/18 – Metrohm Brasil Instrumentação Analítica Ltda; 036/PR/18 – Future Technologies Informática Ltda; 005/PR/18 – Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS e Instituto de Pesquisas Hidráulicas – IPH; 064/PR/18 – GPS Agrimensora – Eirelli-EPP; 051/PR/18 – Rede Nacional de Ensino e Pesquisa-RNP e 070/PR/18 – Serma Empreendimentos e Serviços Ltda. O Conselho Fiscal selecionou o Contrato 051/PR/18 – Rede Nacional de Ensino e Pesquisa-RNP, para que a AUDITE analise o respectivo processo de contratação. A Divisão de Execução Financeira (DIEFIN/DECOF), em atendimento à solicitação do Conselho, apresentou a relação de convênios em que a CPRM aparece como Concedente, cujos valores



totalizam R\$11milhões, dando origem ao correspondente lançamento no Balanço, sendo eles: 014/CPRM/2015 - Município Serra do Mel; 029/CPRM/2015 – Universidade Federal do Rio Grande do Sul-FURG; 012/CPRM/2016 – Marinha do Brasil; 013/CPRM/2010 – Companhia Baiana de Pesquisa Mineral – CBPM; 044/CPRM/2009 – Departamento de Recursos Minerais – DRM e 01/CPRM/2016 – Fundação de Desenvolvimento de Pesquisa- FUNDEP. O Conselho Fiscal reiterou a solicitação de uma análise detalhada por parte da AUDITE, do Convênio 014/CPRM/2015 - Município Serra do Mel, desde a instrução de todo processo de contratação, o acompanhamento da execução e sua prestação de contas. **SEXTO ITEM – RELATÓRIO DE DÍVIDAS DE CLIENTES, POSIÇÃO EM 05.11.2018** – Foi apresentada ao Conselho a posição em 05 de novembro de 2018 da evolução da dívida de clientes, fornecida pela Divisão de Execução Financeira (DIEFIN/DECOF). A dívida vencida há mais de 30 dias totaliza R\$ 249 mil, dos quais R\$ 203 mil correspondem à dívida da Assembleia Legislativa do Estado do Amapá, em cobrança judicial. Quanto à esta última, o Conselho Fiscal recebeu o Relatório DICOTE/COJUR/2018, datado de 30 de outubro de 2018, onde consta um esclarecimento quanto à situação da cobrança: *“a Divisão de Contencioso, ao concordar com os cálculos apresentados pela Contadoria Judicial, requereu em 20 de julho de 2018 a expedição de precatórios face à concordância das partes em relação ao valor apontado pelo contador judicial. Em 31 de julho o processo foi remetido à conclusão, ou seja, está no gabinete do Magistrado para ordenar a expedição do precatório”*. **SÉTIMO ITEM – EXAME DAS ATAS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DA DIRETORIA EXECUTIVA.** O Conselho Fiscal tomou conhecimento das Atas 1193, 1194 e 1195, referentes às reuniões da Diretoria Executiva realizadas em 16.08.2018, 10.09.2018 e 28.09.2018. **OITAVO ITEM – ACOMPANHAMENTO DA EVOLUÇÃO DOS PASSIVOS CONTINGENTES** – O Conselho Fiscal, após tomar conhecimento e analisar a planilha resumo dos passivos



contingentes decorrentes de demandas judiciais, recomendou à Diretoria uma análise sobre as causas para o elevado número de ações trabalhistas, bem como a adoção de providências para minorar o número de possíveis ações futuras. **NONO ITEM – APRESENTAÇÃO DO REGULAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS** – O Conselho Fiscal tomou conhecimento do novo Regulamento de Licitações e Contratos da CPRM, apresentado pela Chefe da Divisão de Contratos (DICONTE), Vanessa Soares Francisco, em atendimento ao art.40 da Lei 13.306/2016. **DÉCIMO ITEM - APRESENTAÇÃO DA ÁREA DE TI** - O Chefe do Departamento de Informações Institucionais (DEINF), Edgar Shinzato, apresentou ao Conselho Fiscal os avanços e visão de futuro da área de Tecnologia da Informação (TI) da CPRM. **DÉCIMO PRIMEIRO ITEM – INFORME SOBRE A ATUALIZAÇÃO DO PLANO ESTRATÉGICO** – A Coordenadora Executiva da Superintendência de Planejamentos e Métodos (SUPLAM), Patricia Durringer Jacques, apresentou ao Conselho Fiscal a atualização do Plano Estratégico da CPRM para o período 2019-2023. **DÉCIMO SEGUNDO ITEM – OUTROS ASSUNTOS** – **a)** O Conselho Fiscal reforça a necessidade de reposição de pessoal da AUDITE e DICOGE, devido a escassez de mão de obra para o desempenho das atividades. **b)** O Conselho Fiscal solicitou esclarecimentos sobre as providências tomadas em relação à dívida do IPTU do prédio do ERJ - Escritório do Rio de Janeiro e sua eventual classificação quanto aos riscos e ações inerentes. **c)** O Conselho Fiscal solicitou informações atualizadas sobre o andamento do inventário geral do patrimônio, reiterando preocupação com sua conclusão em tempo hábil para registro no balanço da Empresa. **d)** O Conselho Fiscal solicitou informações atualizadas sobre o Grupo de Trabalho criado para rever o regimento envolvendo folgas de campo. **e)** O Conselho Fiscal solicitou que seja apresentado na última reunião do ano um informe quanto a evolução da execução projetada x execução física, no Plano Anual de Trabalho (PAT 2018). **f)** O Conselho Fiscal solicitou uma atualização da área de Governança quanto a total adequação à



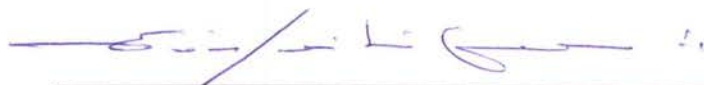
Lei 13.303/16. Em seguida, não havendo mais assuntos a serem tratados, a reunião foi dada como encerrada.



FREDERICO BEDRAN OLIVEIRA
PRESIDENTE



NUCILENE LIMA DE FREITAS FRANÇA
CONSELHEIRA



ERICK BIILL VIDIGAL
CONSELHEIRO



JOÃO BATISTA DE VASCONCELOS DIAS JÚNIOR
SECRETÁRIO-GERAL